

Desejo por filhos entre universitárias de primeira geração: mudanças e permanências

Trabalho em andamento

**Andrea Branco Simão
Raquel Zanatta Coutinho
Gilvan Ramalho Guedes**

**Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)
Universidade Federal de Minas Gerais**

Resumo:

A expansão do ensino superior no Brasil se difundiu para cidades de médio e pequeno porte e representa uma oportunidade de mobilidade social. Neste trabalho, exploramos as percepções da maternidade em um grupo de mulheres casadas que foram as primeiras de suas famílias a conquistarem o nível superior (universitárias de primeira geração). Essas mulheres se localizam no meio de um processo de transição demográfica e sociocultural, pois suas trajetórias pessoais, suas características sociodemográficas e as influências que recebem de instituições sociais são compatíveis com aquelas observadas em regimes de fecundidade mais alta. No entanto, a vivência no ambiente universitário pode ter resultado em uma ruptura no padrão comportamental que apresentavam até então. Encontramos que há uma mistura de comportamentos que permite conciliar diferentes projetos de vida.

Palavras-chave: fecundidade, comportamento reprodutivo, demografia da família

Introdução

Nas últimas duas décadas, a taxa de fecundidade no Brasil passou de 2,4 filhos por mulher para pouco menos de 1,8 filhos (IBGE, 2018). Os estudos que explicam a queda da fecundidade no país e o anseio por famílias menores exploram questões relacionadas ao impacto das transformações socioeconômicas e culturais no desejo por filhos, a capacidade de conciliá-los com a dinâmica da vida moderna e, também, questões atinentes à capacidade contraceptiva da mulher para realizar o seu planejamento reprodutivo. Já não são mais incomuns relatos de mulheres que têm menos filhos do que gostariam, ou que não vêm, em sua trajetória de vida, a possibilidade de encaixar a maternidade.

Dentre as mudanças socioeconômicas mais expressivas para a configuração desse novo cenário reprodutivo estão a maior participação feminina no mercado de trabalho e a busca crescente das mulheres por um maior nível de escolaridade (ALVES e CAVENAGHI, 2009). No âmbito das mudanças culturais estão as transformações ideacionais com relação ao significado da maternidade (MIRANDA-RIBEIRO e POTTER, 2010), a secularização da sociedade e a diferenciação da influência da religião tanto sobre o comportamento quanto sobre as decisões reprodutivas (CARVALHO e VERONA, 2014). Adicionalmente, mudanças nos papéis de gênero também podem ser consideradas como relevantes para a conformação da fecundidade, pois possibilitaram que as mulheres tivessem liberdade não somente para realizar sonhos além da maternidade, mas também, para que se tornassem mais independentes em diversas esferas de suas vidas (SCAVONE, 2001; GUEDES, 2008). No Brasil, um estudo recente, mostrou que entre as coortes de nascimento de 1942-1946 a 1966-1970 houve um aumento de quase 50% na proporção de mulheres que terminam o período reprodutivo sem filho. Enquanto na coorte mais antiga tal percentual foi 9,03% na coorte mais jovem esse percentual atingiu 13,5%. Esse estudo mostra, também, que tal proporção que deve continuar crescendo nos próximos anos (LEOCÁDIO, 2018).

Contudo, mesmo após as taxas de fecundidade terem apresentado quedas expressivas nas décadas posteriores a de 1960 e de estudos mais recentes terem revelado que houve um crescimento no percentual de mulheres sem filhos no país, o número médio de filhos por mulher ficou em torno de 2,1, o que indica que a fecundidade atingiu o que se define, demograficamente, como nível de reposição. Tal fato sugere que a maternidade ainda não

pode ser considerada como um evento totalmente “fora de moda” para muitas brasileiras. Um exemplo disso pode ser observado entre as mulheres mais escolarizadas do país: apontadas como um grupo de vanguarda no processo de declínio da fecundidade e como possuindo um melhor controle sobre o número de filhos que desejam ter, elas continuaram tendo taxas de fecundidade que variaram, em 1991 e em 2004, entre 1,3 e 1,4 filhos por mulher, respectivamente. Na região Sudeste, em 1991 e 2004, essas taxas se mostraram constantes, atingindo a marca de 2,0 filhos por mulher (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2006).

O cenário descrito indica que há uma relevante relação entre comportamento reprodutivo e nível de fecundidade e sugere a contribuição que a expansão educacional, ocorrida no país a partir da década de 1950, teve no que diz respeito à ampliação de oportunidades para mulheres. Sobre isso, Beltrão (2002) pontua que, embora tenham partido de uma posição bastante desigual a dos homens, em termos educacionais, as mulheres apresentaram muitas conquistas ao longo dos tempos. De acordo com o autor, até os anos de 1980, o número médio de anos de estudo das mulheres era inferior ao da população masculina. Porém, nos anos de 1990 as mulheres ultrapassaram os homens no quesito escolaridade. Segundo Beltrão (2002), enquanto nas coortes mais velhas do Censo de 1960 existiam, proporcionalmente, 20 vezes mais homens do que mulheres no ensino superior, no Censo de 1991 verificou-se uma situação diferente: havia duas vezes mais mulheres, do que homens, freqüentando as universidades do país. Com a ampliação das oportunidades educacionais, as possibilidades de realização em diversas esferas da vida, inclusive na socioeconômica, se tornam mais viáveis. Além disso, como defende Basu (2002), a escolaridade oferece à mulher ferramentas para que ela possa fazer escolhas informadas ou inteligentes no que diz respeito, por exemplo, a quando e quantos filhos deseja ter. A escolaridade, de acordo com Basu (2002), também aumenta a confiança necessária para que a mulher implemente suas escolhas mesmo diante de oposições existentes tanto dentro quanto fora do círculo familiar. Mais ainda: uma maior escolaridade pode afetar as aspirações que a mulher tem não somente para si mesma, mas também para a criança e o investimento conjunto, na criança e em outros bens, depende dos recursos disponíveis. Basu (2002) salienta que como os recursos disponíveis são investidos depende das prioridades estabelecidas e também do que é possível investir.

Vale destacar que, nas últimas décadas, o Brasil tem avançado muito em termos de cobertura escolar em todos os níveis. No caso do ensino superior, se em 1960 havia, proporcionalmente, quase seis vezes mais homens com curso superior do que mulheres, em 2010 esse quadro se modificou e revelou que 40,0% a mais de mulheres, do que homens declararam ter ensino superior (BELTRÃO e DUCHIADE, 2014). A expansão do ensino superior não se concentrou nos grandes centros urbanos, pelo contrário, ela se difundiu para cidades de médio e pequeno porte e tem se apresentado como uma oportunidade para as pessoas dos mais variados perfis socioeconômicos, em particular para mulheres jovens que, em um outro contexto, não teriam chances de acessar, por diversas razões, o ensino de nível superior. No caso das mulheres entrevistadas nesse estudo, que foram as primeiras de suas famílias a conquistarem o nível superior e que são aqui denominadas como universitárias de primeira geração, o espraiamento da oportunidade universitária pode ter gerado mudanças nas percepções acerca da maternidade e resultado no compartilhamento de comportamentos que permitam conciliar diferentes projetos de vida.

Diante dessa realidade, ainda há muita incerteza sobre a trajetória a ser seguida pela fecundidade brasileira. Nesse artigo pretende-se analisar, em uma cidade brasileira de médio porte¹, as percepções da maternidade para um grupo de mulheres casadas, sem filhos ou, com no máximo um filho, que foram as primeiras de suas famílias de origem a conquistarem o ensino superior. Essas mulheres se localizam no meio de um processo de transição demográfica e sociocultural, pois suas trajetórias pessoais, suas características sociodemográficas e as influências que recebem de instituições sociais são compatíveis com aquelas observadas em regimes de fecundidade mais alta. No entanto, a vivência no ambiente universitário pode ter resultado em uma ruptura no padrão comportamental que apresentavam até então. Nesse sentido, esse trabalho fornece a oportunidade para que se possam observar, em primeira mão, as mudanças e permanências no que diz respeito às percepções e significados atribuídos à maternidade por um grupo de mulheres de alta escolaridade. Para isso, algumas perguntas são exploradas ao longo do estudo: quais são as motivações que essas mulheres apresentam para ter, ou não, filhos? Como a maternidade se conecta aos seus

¹ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um município de médio porte é aquele que possui entre 100 mil e 500 mil habitantes.

projetos de vida e qual o significado que possui tanto para as mulheres com filhos como para aquelas que ainda não têm filhos?

Assim, para discutir de maneira mais didática os objetivos propostos, este trabalho está dividido em cinco partes distintas, mas interligadas, sendo a primeira esta introdução, seguida de uma breve revisão de literatura. A terceira parte, além de situar o município que foi foco da investigação, apresenta a metodologia utilizada para obtenção e análise dos dados empregados no estudo. A quarta parte é dedicada aos resultados e análises e, por fim, a quinta parte é o espaço onde são traçadas algumas considerações gerais a respeito das questões investigadas e analisadas neste trabalho.

A maternidade e as transformações sociais

Por muito tempo, a maternidade foi vista como um ponto máximo na vida das mulheres, sendo colocada como uma das grandes oportunidades para que elas se realizassem pessoalmente e desempenhassem o papel que lhes era atribuído como natural. Nesse contexto, o amor materno era visto como algo inato e inquestionável e esperava-se das mulheres atributos como passividade, afabilidade, dedicação e abnegação. Não raro, identificava-se feminilidade com maternidade (GUIMARÃES, 2010).

As transformações sociais, políticas e econômicas que foram marcando o curso da história afetaram, no entanto, diversas dimensões da realidade, inclusive aquelas relativas à maternidade. Como afirma Guimarães (2010), embora muitas mulheres tenham se conformado ao que era preconizado como adequado para a figura feminina, outras ousaram fazer diferente e não seguiram, estritamente, as normas sociais estabelecidas. Isso, claro, não aconteceu sem que houvesse cobranças, pressões sociais e a geração de uma série de sentimentos contraditórios, particularmente no que diz respeito à convicção de que um dos papéis mais importantes da mulher deveria ser o da maternidade.

No início dos anos de 1980, Merrick e Berquó (1983), quando analisaram o declínio da fecundidade brasileira, à luz das mudanças nos determinantes próximos da fecundidade e da relação dessas mudanças com as transformações socioeconômicas, alegaram que a redução da fecundidade marital era um dos principais determinantes do declínio do número de filhos tidos por mulher. Segundo eles, transformações socioeconômicas expressivas, tais como o aumento da escolaridade, a maior facilidade para aquisição de bens de consumo

duráveis, assim como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho resultaram em uma visão mais positiva de famílias menores. Nesta mesma direção, Faria (apud. CARVALHO e BRITO, 2005) argumentou que mudanças culturais, decorrentes de políticas governamentais instauradas no país, no período pós-64, resultaram na institucionalização da demanda por regulação da fecundidade. De acordo com o pesquisador, embora não se esperasse, as políticas instituídas fizeram com que a definição do número de filhos passasse a ser orientada pelo cálculo econômico e que houvesse um arrefecimento nas normas e valores que vinculavam a atividade sexual ao casamento. Adicionalmente, a revolução sexual que marcou a realidade de diversos países ocidentais, nas últimas décadas do século XX, fez com que as regras religiosas e as normas sociais que colocavam o sexo fora do casamento e o sexo exercido por prazer, sem intenção de reprodução, como algo condenável ou pecaminoso, perdessem espaço. Aliada a secularização da sexualidade, inovações tecnológicas no âmbito da saúde, tais como o surgimento e difusão do uso da pílula contraceptiva, por exemplo, viabilizaram a separação entre sexo e casamento (THERBORN, 2006). Assim, embora a queda no número desejado de filhos tenha sido o principal condutor (COUTINHO, 2016), nenhum declínio teria sido possível se o controle contraceptivo, feito por meio de métodos modernos e eficazes, não estivesse presente em cerca de XX% das relações estáveis (Cite).

Nesta seara, Camarano, Araújo e Carneiro (1999) também enfatizaram que as diminuições nas taxas de fecundidade, bem como as variações nelas observadas ao longo do século XX, foram fortemente determinadas pelo efeito dos fatores ligados à anticoncepção. Além disso, pontuaram que as reduções nas taxas de fecundidade foram acompanhadas por uma mudança no padrão de formação de família, cuja tendência passou a ser marcada por uma forte preferência por famílias menores. De acordo com os pesquisadores, as famílias compostas somente por um filho passaram a ser mais desejadas, fato que ficou mais evidente particularmente na região Sudeste do país. No entanto, segundo Camarano, Araújo e Carneiro (1999), embora a queda no número de filhos entre as brasileiras tenha acontecido, dentre outras coisas, devido a maior possibilidade de controlar, deliberadamente, o processo reprodutivo, as taxas de nupcialidade impediram que ocorressem quedas mais acentuadas no número de filhos tido por mulher. Apesar do declínio no número de uniões formais, o aumento das coabitações, especialmente entre casais jovens, assegura que essas taxas

permaneçam altas (LAPLANTE et al. 2015). Não há estudos sobre a possível causalidade reversa entre gravidez e união na adolescência, já que as datas dos eventos são muito próximas.

O papel da educação e da renda, neste processo de redução do número médio de filhos tido pelas brasileiras, foi destacado por Berquó e Cavenaghi (2006) e, também, por Rios-Neto e Guimarães (2014). Em 1991, as mulheres sem instrução tinham, em média, 3,1 filhos a mais do que aquelas que possuíam doze anos ou mais de estudo. Com o passar do tempo, embora a diferença entre o número de filhos tidos pelas mulheres menos escolarizadas e as mais escolarizadas tenha diminuído, ela ainda se manteve. Em outras palavras: apesar de terem reduzido o número de filhos tidos, as mulheres menos escolarizadas permaneceram tendo taxas de fecundidade mais elevadas do que aquelas com maior escolaridade, especialmente devido à ocorrência de gravidezes não planejadas (COUTINHO, 2016). Em relação ao rendimento médio mensal domiciliar per capita, Berquó e Cavenaghi (2006) encontraram a mesma tendência observada no âmbito educacional: assim como as mulheres sem instrução, as mulheres mais pobres, ou seja, aquelas sem rendimento, ou que recebiam até 1/4 do salário mínimo vigente à época, tinham, em 1991, 4,3 filhos a mais do que aquelas que recebiam cinco ou mais salários mínimos. Assim como na educação, as diferenças nos níveis de fecundidade também diminuíram entre os distintos grupos de renda. Vale lembrar, no entanto, que as autoras observaram que, em períodos mais recentes, se verificou uma redução mais acentuada das taxas de fecundidade exatamente nos grupos onde o número médio de filhos era mais elevado.

Ao analisar a relação entre família e trabalho entre mulheres com nível superior, Guedes (2008) enfatizou que a escolaridade amplia o universo de escolha das mulheres, despertando novos desejos e, também, alguns constrangimentos. A escolarização, segundo a pesquisadora, acarreta mudanças importantes no campo das relações simbólicas de poder que se estabelecem entre homens e mulheres. Apesar disso, é necessário considerar que, mesmo entre o grupo de mulheres que possui o mesmo nível de escolaridade, há heterogeneidade e, assim, há que se pensar que a lógica que envolve a decisão a respeito de se ter ou não filhos, vai muito além da dimensão econômica. A explicação não pode, segundo Guedes (2008), se fundamentar somente na questão dos “custos de oportunidade”. É preciso, por exemplo, pensar em questões relativas às incompatibilidades de papéis a serem desempenhados por

homens e mulheres em função das normas e valores de gênero e também ao papel da religião na perpetuação de comportamentos pró-familiares, como ter filhos. Em suma, essas importantes mudanças pelas quais as mulheres brasileiras passaram não vieram acompanhadas de estratégias públicas ou individuais de divisão igualitária entre gêneros do cuidado infantil e doméstico para promover a conciliação de carreira e maternidade, impactando diretamente no declínio acentuado da fecundidade.

Além dos aspectos mencionados, Agrillo e Nelini (2008), ao analisarem estudos desenvolvidos por diferentes pesquisadores ao redor do mundo, mostraram que, nas décadas de 1980 e 1990, o desejo por mais liberdade, por mais viagens, por mais lazer e por mais bens de consumo motivaram mulheres e homens, de diversos países, a permanecerem sem filhos. Adicionalmente, não ter a responsabilidade de cuidar de uma criança, bem como a maior oportunidade para auto-realização e mobilidade foram os motivos encontrados por Houseknecht (1987 apud AGRILLO e NELINI, 2008), em vinte e nove estudos, realizados nos períodos entre 1971 e 1981, que abordaram a questão das motivações para não ter filhos. O pesquisador, na análise que desenvolveu, também observou que as mulheres apresentavam, muito mais do que os homens, justificativas altruísticas ou coletivas para não terem filhos. Enquanto as mulheres citavam questões relativas ao crescimento populacional, as dúvidas em relação à habilidade para se tornarem pais e as preocupações com a própria criança em decorrência dos problemas gerais do mundo, os homens mencionavam mais aspectos de natureza individual, tais como os atinentes a vantagens financeiras ou o fato de não gostarem de crianças. Os resultados encontrados por Veevers (1980, apud AGRILLO e NELINI, 2008), para o Canadá, mostraram que não ter filhos deu, à mulher, maior liberdade para participação no mercado de trabalho e, ao homem, liberdade do trabalho. Além disso, liberou ambos das responsabilidades econômicas implicadas no cuidado de uma criança. Por fim, para alguns casais, a gravidez e o nascimento de um filho foram apontados como eventos traumáticos e difíceis e tais percepções foram utilizadas para fundamentar a decisão de não terem filhos (HIRD e ABSHOFF, 2000 apud AGRILLO e NELINI, 2008).

Embora os estudos mencionados tenham discutido aspectos fundamentais para o conhecimento das taxas de fecundidade, ainda existem algumas questões que merecem investigações mais detalhadas, particularmente no caso da realidade brasileira. A distribuição etária da fecundidade brasileira segue uma distribuição bi-modal fortemente segregada por

status socioeconômico e educacional. Enquanto as mulheres de baixo nível socioeconômico engravidam do primeiro filho ainda na adolescência, especialmente de forma não planejada, as de nível socioeconômico mais elevado possuem o ápice da distribuição etária do nascimento do primeiro filho pelo menos dez anos mais tarde (COUTINHO 2016; LIMA et al., 2017; RIOS-NETO et al. 2018).

Nos últimos anos, a expansão educacional, especialmente nos municípios de médio porte, foi importante para que pessoas de classe mais baixa tivessem possibilidades mais elevadas de concluírem o ensino superior mesmo tendo sido criadas em contextos culturais e socioeconômicos menos favoráveis. Considerando tal aspecto, para fins desse estudo, as mulheres aqui entrevistadas são denominadas de universitários de primeira geração. Vale ressaltar que pouco se conhece sobre o comportamento deste grupo distinto.

O que alguns estudos já têm mostrado é que a possibilidade da mobilidade social pode ter impactos diretos na fecundidade, pois abre espaços para que, ao longo do curso de vida das mulheres, fatores como a chance de fazer um curso universitário, o desejo de construir uma carreira profissional mais sólida e de maior prestígio, as rotinas de trabalho, dentre outros, passem a competir com a maternidade. No Brasil, as mulheres mais pobres e com maiores dificuldades de acesso a serviços de saúde reprodutiva ainda são maioria, em função disso, a fecundidade tem permanecido perto do nível de reposição. No entanto, projeta-se que a substituição das coortes atuais por coortes mais escolarizadas gerará, em longo prazo, um maior número e proporção de pessoas com fecundidade mais baixa, o que acarretará um impacto na taxa de fecundidade total (RIOS-NETO e GUIMARAES, 2014). Por outro lado, se as novas coortes carreguem para o ambiente universitário o comportamento reprodutivo do seu local de origem, possibilidade prevista na literatura, é plausível pensar que o nível da fecundidade deste grupo poderá não só se manter estável, mas aumentar.

Não existe, para o Brasil, nenhum estudo quantitativo longitudinal que mostre a relação direta entre a aquisição de níveis de escolaridade mais elevados e posterior adoção de comportamentos de baixa fecundidade. Tampouco existem estudos que mostrem uma possível causalidade reversa, ou seja, que mulheres inseridas em comunidades de fecundidade alta na origem, mas que, entre outras coisas, por possuírem seletividade tendo um comportamento diferenciado dos seus pares (isto é, fecundidade baixa), alcançaram a universidade. Diante do claro espraiamento das universidades, da possível disseminação do

comportamento de baixa fecundidade e considerando as lacunas que ainda se mantêm no conhecimento sobre as razões e motivações para ter ou não filhos, este artigo tem como objetivo central contribuir para ampliar o entendimento de questões relacionadas às intenções reprodutivas entre mulheres que foram as primeiras, de suas famílias, a conquistarem educação superior. A análise é feita a partir de discursos relativos às motivações e expectativas quanto à maternidade, bem como acerca dos significados da maternidade no contexto dos projetos de vida das mulheres entrevistadas. Vale pontuar que os estudos brasileiros que tratam de questões relacionadas tanto a projetos de vida quanto a decisões relativas a ter ou não filhos se concentram, majoritariamente, nos grandes centros urbanos do país, deixando um hiato sobre a realidade que caracteriza municípios de médio porte, como é o caso de Governador Valadares (MG), escolhido para o estudo. Municípios de médio porte formam 4,5% da população brasileira. Em Minas Gerais, dos 853 municípios existentes, em 2011, 25 deles foram definidos como municípios de médio porte (IBGE, 2011).

Também merece ser salientado o fato de que as mudanças que vêm acontecendo, ao longo das últimas décadas, em diferentes esferas da vida das mulheres brasileiras, aliadas ao declínio da fecundidade, que tem marcado a realidade demográfica do país desde a segunda metade dos anos de 1960 (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2006; CARVALHO e BRITO, 2005), indicam a importância de análises que busquem entender as possíveis relações entre tais aspectos e as motivações para se ter, ou não, filhos. Como argumentam Huinink e Kohli (2014), as conexões das decisões relativas a diversas dimensões da vida são fundamentais para a compreensão das decisões que se tomam em relação ao número de filhos. Os resultados advindos de tais conexões, além de refletirem questões sociais mais amplas, podem influenciar decisivamente as histórias de vida de milhares de indivíduos e apresentar conseqüências não somente demográficas, mas também culturais, sociais e econômicas importantes para o país, exigindo novas posturas da sociedade, como um todo e, também, do Estado.

Metodologia

Os resultados apresentados neste estudo são provenientes de uma investigação realizada em Governador Valadares, município mineiro que se localiza acerca de 320 km de Belo Horizonte, capital do estado. De acordo com informações do Atlas do Desenvolvimento

Humano 2013, elaborado pela Fundação João Pinheiro, em 2010, a população do município era de 263.689 habitantes, sendo que, destes, 125.237 (47,5%) eram homens e 138.452 (52,5%) eram mulheres. Em relação à Taxa de Fecundidade, os números apresentados no Atlas revelam que, em 1991, ela era de 2,4 filhos por mulher e, em 2000 e 2010, permaneceu em 2,1 filhos por mulher.

Vale observar que, no atinente à educação da população adulta, com 25 anos e mais, em 2010, o município possuía 9,5% da população analfabeta; 50,5% com apenas o ensino fundamental completo; 34,6% com ensino médio completo e; 10,0% com ensino superior. A desagregação da população por sexo mostra que, em 2010, os percentuais de mulheres escolarizadas sempre foram mais elevados do que os dos homens. Por exemplo, entre a população de 18 anos e mais, o percentual de mulheres com ensino médio e superior incompleto era de 25,2% e o de homens era de 24,6%. Já para o nível superior completo, o percentual de mulheres chegou a 11,5% e o de homens de 10,0%. Apesar de apresentarem uma escolaridade um pouco melhor do que a dos homens, as mulheres ainda se concentravam, em proporções mais elevadas, em ocupações com rendimento de até dois salários mínimos – 80,8% versus 66,4% de homens. Importante, porém, observar que o percentual de mulheres com rendimentos de até cinco salários mínimos, em 2010, foi mais elevado do que o de homens (95,5% de mulheres contra 90,0% de homens).

Considerando que a maior parte dos estudos realizados sobre o tema em questão se concentram, em geral, nas regiões metropolitanas do país e que a difusão de normas, valores e comportamentos das grandes regiões para municípios de pequeno e médio porte vêm acontecendo de maneira expressiva nas últimas décadas, acredita-se que é de fundamental importância conhecer melhor o que ocorre em localidades mais afastadas de grandes cidades. Tal conhecimento pode permitir que ações governamentais e políticas públicas sejam desenhadas e aplicadas não somente de modo mais eficaz, mas também, de maneira mais eficiente.

Os dados e a técnica

Os dados utilizados neste estudo foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com dezenove mulheres residentes no município de Governador Valadares, Minas Gerais, em junho de 2018. As entrevistas foram realizadas como parte de

um projeto mais amplo, que investiga, também, a realidade de outras localidades e é denominado Demografia da Exceção: Intenções Reprodutivas e Migração em um Contexto de Zika Vírus e Desastres Socioambientais. O referido projeto conta com financiamento do CNPq (processos 431871/2016-3 e 314392/2018-1), da FAPEMIG (APQ 01553-16) e da Rede Clima/FINEP (01.13.0353-00).

A entrevista semi-estruturada pode ser entendida uma técnica que possibilita uma interação ativa entre indivíduos, permitindo que compreensões subjetivas, experiências e percepções de interesse do pesquisador sejam exploradas. Por não impor uma categorização à priori das respostas, ela permite um entendimento mais detalhado do conhecimento, das memórias e das percepções dos entrevistados (HAMMET, TWYMAN e GRAHAN, 2015). A importância da fala para a compreensão do outro e da realidade pode ser observada no extrato de texto a seguir:

...a fala torna-se reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles), e, ao mesmo tempo, possui a magia de transmitir, através de um porta-voz (o entrevistado), representações de grupos determinados em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO, 1993, p. 245)

Assim, pode-se argumentar que uma das principais vantagens da entrevista semi-estruturada é possibilitar ao pesquisador obter informações que não são acessíveis através de questionários estruturados, as quais o ajudam a compreender o comportamento e as representações que os indivíduos possuem a respeito de suas vivências e experiências de vida. No caso deste estudo, a principal vantagem da utilização desta técnica consistiu na possibilidade de conhecer melhor a percepção que as entrevistadas apresentam sobre a maternidade e os fatores que influenciam o desejo de terem ou não filhos, explorando aspectos atinentes a projetos de vida, a relacionamentos com os companheiros e a acontecimentos econômicos e sociais que caracteriza a realidade onde vivem.

As entrevistadas eram mulheres que tinham, à época da pesquisa, entre 21 e 37 anos, eram casadas ou unidas, sem filhos ou com, no máximo, um filho nascido vivo. A escolha pelas mulheres casadas há pouco tempo se deu para que pudéssemos captar o momento em que as decisões reprodutivas são, de fato, feitas. Dessas entrevistadas, quinze possuíam nível superior e outras quatro estavam cursando o ensino superior pela primeira vez. A seleção das participantes aconteceu por meio de estratégias de conveniência ou ao acaso. Nas estratégias

de conveniência foram utilizadas redes de contatos e de conhecimentos para que a mulher fosse convidada a participar do estudo.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise. Todas as entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), declarando ter recebido informações sobre os objetivos e procedimentos da entrevista, inclusive sobre a gravação e sobre o sigilo da identidade e das informações fornecidas. A análise do material foi desenvolvida a partir da proposta de Attride-Stirling (2001), denominada Análise de Redes Temáticas. De acordo com esta proposta, a análise de redes temáticas inclui seis passos: i) codificação do material; ii) identificação dos temas; iii) construção das redes temáticas; iv) descrição e exploração das redes temáticas; v) sumarização das redes temáticas e; vi) interpretação. A partir da codificação do material, foram estabelecidas e analisadas as seguintes categorias analíticas: 1) projetos de vida 2) relacionamento com companheiro e, 3) o mundo de hoje. Essas categorizações temáticas permitiram conhecer, mais profundamente, fatores que interferem no desejo de ter ou não filhos e nas percepções acerca da maternidade. Importante esclarecer que, considerando os preceitos éticos que guiam as investigações que envolvem seres humanos, o estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CAEE 55007116.7.1001.5149).

As categorias analíticas que foram estabelecidas a partir das falas das entrevistadas, e de interesse para que os objetivos deste estudo fossem alcançados, estão apresentadas e analisadas no item a seguir.

Resultados

As percepções apresentadas pelas entrevistadas são analisadas a seguir e revelam, em diversos momentos, não somente mudanças, mas também permanências em relação a motivações e para a maternidade e os significados a ela atribuídos por um grupo de mulheres jovens que, diferentemente de suas mães, conquistaram o ensino superior, visto como uma variável que influencia uma gama de dimensões da vida dos indivíduos, inclusive a da fecundidade.

“Poder ser mãe...acho que a maioria carrega esse desejo”

A maternidade ainda é um aspecto central nas sociedades atuais. A expectativa de que um casal tenha filhos parece ser a norma e, o desejo de não ter filhos é usualmente percebido como algo pouco aceitável, que foge aos padrões de comportamento desejado para mulheres (McQUILLAN et al, 2008). Considerando esse fato, os resultados do estudo realizado em Governador Valadares indicam que, para muitas entrevistadas, a maternidade ainda é apontada como um evento esperado na vida das mulheres, particularmente daquelas em uma união estável. A justificativa para a maternidade aparece, normalmente, ancorada em três pontos: a realização como mulher, a pressão familiar e a religiosidade. Assim, como revelam alguns extratos de fala, o desejo pela maternidade é tido como algo que aflora naturalmente, com o passar do tempo e, especialmente, após uma união. Realizar-se enquanto mulher é considerada uma das vantagens da maternidade e o filho é visto como vindo para trazer alegrias e “somar” à relação. Apesar disso, o argumento da realização pessoal enquanto mulher emerge associado à preocupação com a idade e à necessidade de finalização de projetos pessoais envolvendo, por exemplo, conquistas educacionais.

A gente sempre fala sobre filhos. E agora, tem falado muito, porque estou perto de formar. E no segundo semestre nossos planos são de encomendar um bebezinho. E aí é um monte de coisa. Eu tenho 33 anos, vou fazer 34, e aí começo eu mesma me cobrar, fora a minha mãe que me cobra todos os dias porque o sonho dela é ser avó. Aí a gente sempre falou, como uma coisa futura, mas não como presente. Ai, antes do casamento nunca pensou em ter filhos, mas depois que casou, eu falo mais, mas agora ele também tem demonstrado o desejo....Eu acho que as vantagens são a realização enquanto mulher. Poder ser mãe, acho que a grande maioria carrega esse desejo. Hoje está mudando um pouco. Tenho várias [amigas] que não pensam. Mas também tem várias que não pensavam antes e agora já pensam. Eu amo meu marido, a gente está junto desde 2011. Acho tudo ótimo, e acho que filho só vem pra trazer alegria, pra somar. Não que esteja faltando alguma coisa no casamento, mas ele vem para agregar. (E10)

Tem muita cobrança também. Dos pais, dos sogros, das amigas, dos irmãos. Minha irmã aqui tá grávida e meu irmão teve um neném. E eu fui a que casei primeiro. Sou a mais nova e a que casou primeiro. A cobrança vem aí, desse tempo de casada. Mas nada que influencia minha decisão. Quando a gente entendeu que tava na hora a gente começou a tentar. (E20)

Aí, a gente conversando [a entrevistada com amigas], elas ficam me cobrando. Porque existe isso. A sociedade cobra, as amigas cobram. Aí eu falo com elas que elas estão dentro da piscina fria gritando: pula, a água tá quentinha. É desse jeito. Estão todas de olheira, cansadas, estressadas, brigando com o marido, “mas vem que tá bom!” E23

Embora as pressões vindas das famílias e dos amigos interfiram nos sentimentos relativos a maternidade, as falas de algumas entrevistadas deixam evidente que o desejo da mulher de se tornar mãe pode se modificar durante sua trajetória de vida. As mudanças no

desejo relativo à maternidade podem ocorrer, como apontam McQuillan et al (2008), em decorrência de transformações nas circunstâncias de vida dos indivíduos. A passagem da idade, a finalização de um projeto, a entrada em uma união estável, a perda ou entrada em um trabalho, por exemplo, podem alterar a maneira como uma pessoa e, em especial, uma mulher, percebe e deseja a maternidade.

Quando eu casei, eu tinha 20 anos, né?! E eu tinha só o ensino médio. Aí, eu queria estudar primeiro. Ai eu falei: vou priorizar a faculdade. Aí o plano era no último ano de faculdade engravidar. Mas aí, quando eu tava terminando a faculdade, eu falei: não, agora eu quero arrumar um emprego e depois arrumar filho (E20).

Hoje eu acho que as coisas estão muito difíceis. O desemprego. Tem hora que você tá trabalhando, tem hora que não tá. Eu nao quero arrumar filho pra ficar passando necessidade. A gente vai mantendo a vida estável até ter oportunidade na vida, um bom salário. Aí sim, ter filho (E12)

Eu sempre tive vontade de ter filhos. Teve uma época aí que eu fiz 2 para 3 anos de casada, e eu queria engravidar. Eu tava trabalhando numa escola particular com carteira assinada. Fiz até plano de saúde e esperei a carência para ganhar a criança. Ai, fui e saí da escola particular e fui pra prefeitura porque lá tem 6 meses de licença. Mas aí, quando deu 1 ou 2 meses, fui dispensada. E eu já tinha até parado de tomar remédio. Mas aí eu fui e falei assim: se minha menstruação descer, vou voltar a tomar. Eu tava pra ser mandada embora. Ai, fiquei preocupada. Se eu for mandada embora, como que fica? Ai, minha menstruação desceu e eu dei um tempo pra arrumar neném e tirei essa idéia da cabeça por um tempo (E7)

Nossa intenção era guardar, mas surgindo a necessidade de ter filho, a gente comprou um carro. Então, tiramos da poupança que temos pra poder a voltar a guardar para investir em algo, tipo uma viagem ou mexer na casa. Hoje guardar pelo sonho de ter uma criança. Daqui a um tempo vamos ver como as coisa vão funcionar com o carro e a criança (E16)

Adicionalmente, a religião também surge como um aspecto que interfere na decisão de ter ou não filhos. Religiões que apresentam uma postura pró-natalista parecem ter um efeito na maneira como entrevistadas mais religiosas se posicionam não somente quanto à maternidade e a possibilidade de não terem filhos, mas também sobre o aborto e sobre a relação entre casamento e filhos. Carvalho e Verona (2016), ao discutirem sobre a questão, lembram que estudos, em diversos países europeus e, nos Estados Unidos, mostram que as instituições religiosas e a identidade religiosa dos indivíduos podem influenciar, dentre outras coisas, fecundidade e as preferências reprodutivas. Em seus resultados, as autoras observam que as mulheres evangélicas e, também aquelas que se declaravam como sem religião, tinham maiores chances de terem mais filhos nascidos vivos, quando comparadas a mulheres de outras religiões. Neste estudo, entre as entrevistadas que apresentam um discurso religioso mais evidente, a análise das falas denota, não somente uma valorização do modelo de família

tradicional ou nuclear, mas uma ênfase no casamento religioso, definido como “instituído por Deus”. Além disso, mesmo diante das inúmeras mudanças sociais que vem se processaram ao longo das últimas décadas, a maternidade é vinculada ao casamento, em especial, ao casamento heterossexual.

Eu não falo a religião, mas os mandamentos de Deus, as promessas de Deus mesmo. Na verdade, eu entrei pra igreja tem pouco tempo, mas eu sempre busquei a luz e Deus fala muito sobre filhos. Filhos são heranças do senhor. E o casamento é instituído por Deus. Se eu quis casar e constituir uma família, é natural que eu venha ter filhos. Família de dois não é família. Eu quero uma família completinha. Eu vim de uma que não fui criada com pais. Antes de casar eu não pensei, mas depois, eu pensei o quanto era importante ter uma família estruturada, com pai, mãe, irmãos. (E22)

A gente que é religiosa, a gente é a favor da vida. Igual, eu sou católica. Eu não sou a favor do aborto. Deus deu a vida não pra tirar. E como eu cresci na igreja e gosto de criança. (E7)

Embora desejada por muitas entrevistadas, a maternidade também gera sentimentos ambivalentes, pois aparece como um campo repleto de desafios a serem vencidos. Dentre tais desafios podem ser citados aqueles envolvendo a divisão das tarefas no âmbito doméstico, a organização do sistema educacional e, também, do sistema de trabalho do país, os quais não favorecem as mulheres pelo fato de não viabilizarem a conciliação das responsabilidades na esfera doméstica com as do espaço público. Esses pontos, além de outros, fazem com que muitas mulheres pensem nas dificuldades para combinar maternidade com outros projetos de vida. Considerando esses pontos, perspectivas que revelam motivos pelos quais algumas mulheres ficam em dúvida, ou decidem não experimentar a maternidade, são apresentadas no item a seguir.

“Eu tenho medo da responsabilidade...”

Como mostrado anteriormente, embora a maternidade ainda faça parte dos sonhos e projetos de vida de muitas entrevistadas, para algumas, ela não é encarada como um acontecimento obrigatório e que resulta, usualmente, em felicidade realização. Como apontam muitos estudos realizados em diferentes partes do mundo, mulheres sem filhos podem encontrar caminhos alternativos ao da maternidade para alcançar a tão esperada realização pessoal e bem-estar. Estudos por Kohler et al. (2005), Agrillo e Nelini, (2008) e McQuillan et al. (2008), por exemplo, apontam que, para muitas mulheres, sentimentos de realização pessoal e de felicidade podem estar vinculados, dentre outras coisas, à

possibilidade de estudos, de ascensão profissional e de viagens e, não necessariamente, à maternidade.

Quando a gente casou, a gente não queria ter filhos imediatamente, né?! A gente queria, primeiro, curtir um pouco, viajar, essas coisas. A gente gosta muito de viajar...(Entrevistada 12, casada há 04 anos, graduada, grávida do primeiro filho).

A gente tem um sonho de conhecer a Europa e sabe que, se tiver neném, vai ter que adiar... (Entrevistada 10, casada há 02 anos, graduada, sem filhos).

Mesmo diante de tantas alternativas, algumas falas revelam que a decisão em torno da maternidade pode gerar sentimentos de ansiedade em relação ao futuro. Uma das preocupações ligada ao projeto da maternidade diz respeito à idéia, bastante difundida no senso comum, de que uma das responsabilidades dos filhos é de cuidar dos pais idosos. Nesse sentido, a decisão de não ter filhos significa assumir um risco elevado de desamparo na velhice. Embora algumas entrevistadas argumentem que sabem que ter um filho não garante cuidados na velhice, dizem que acreditam que reduz as chances de solidão e abandono nessa fase da vida. Também é interessante observar que a perspectiva da maternidade aparece, em muitas falas, vinculada a uma união heterossexual, na qual, o desejo do companheiro prevalece. Isso sugere que o padrão patriarcal de superioridade masculina, mesmo na atualidade, ainda tem um papel importante nos processos decisórios que acontecem no âmbito da vida privada, em especial naqueles relativos a reprodução.

Eu não me vejo mãe. Porque eu não sei, não é algo para mim. Eu adoro crianças, até pouco tempo atrás ficava nessa dúvida de ser ou não. É uma decisão muito forte, né?! Porque as pessoas esperam isso de você. E eu sempre fiquei assim, me perguntando: como é que vai ser? Eu vou ter uma família? Como é que vai ser daqui a alguns anos? E se eu ficar sozinha, quem é que vai cuidar de mim? Ah, mas eu não me vejo mãe. Mas é uma dúvida que sempre me acompanhou. (Entrevistada 05, unida há 02 anos e meio, graduada, sem filhos).

É uma dúvida na minha cabeça [ter filhos]. Ele quer ter filhos. Ele vem de uma estrutura familiar que o pai foi um pouco ausente, então eu acho que ele tem essa necessidade de romper com isso, de ser presente, de ter uma família estruturada. No meu caso, eu tenho dificuldades. Não que eu não queira ter filhos, mas por causa da responsabilidade...é que aí entra aquela coisa de ser para sempre, da dependência do outro...[...] Eu tenho algumas amigas que não tiveram. Algumas mais velhas. Parte não teve porque não teve oportunidade, mas que são louca para ter e sentem falta disso. Parte não. Essa parte tem projeto de vida, e elas estão super felizes. Trabalho, estudo, concurso, viagem. Então tem muito disso. Elas não reclamam de não ter tido. Algumas reclamam que não tiveram porque não se casaram, porque na época o marido não quis, hoje são separadas, aí falam que gostariam de ter, que querem adotar. Mas não vejo sofrimento, uma dor. (Entrevistada 23, casada há 03 anos, pós-graduada, sem filhos).

Nesse contexto, o argumento do instinto materno aparece como uma das justificativas para que, mesmo acreditando que não tem afinidade com crianças e que tem receio das

mudanças trazidas pela maternidade, uma mulher possa querer se tornar mãe em algum ponto de sua vida. A ambivalência entre a existência de um instinto materno e as dificuldades impostas pela rotina diária de cuidados com o bebê tornam as mulheres mais cautelosas em relação à decisão sobre ter ou não filhos. No entanto, o fato da maternidade ter sido, por muito tempo, defendida como uma função, ou uma atividade natural da mulher, pode ser considerado como um gerador de dúvidas.

Eu não tenho muita afinidade com bebê, mas eu sei que eu vou ter porque a gente aprende naturalmente. A gente já tem o instinto. Mas eu acho que o problema é que é muito chato perder noite de sono. Às vezes o bebê dorme a noite toda. A gente tem casais que falam que o filho dorme a noite inteira, outros não. Então eu fico pensando nessa dificuldade de passar pelos momentos difíceis. (E6)

A existência do instinto materno não impede, contudo, que o desejo por filhos seja inibido pelos medos e inseguranças para assumir um novo papel e pelas preocupações financeiras. As dificuldades impostas pela maternidade, assim como as responsabilidades a ela inerentes colocam em dúvida a capacidade do cuidado. Além disso, as entrevistadas argumentam que a situação financeira do casal precisa ser avaliada quando se pensa em ter um filho, pois ele demanda um investimento grande e a escolha por tê-lo deve ser feita de maneira racional. Sobre isso, Basu (2002) argumenta que, entre mulheres mais escolarizadas há, possivelmente, uma relação entre projetos reprodutivos e aumento das aspirações, tanto para si mesma quanto para a criança. Para a autora, embora os investimentos direcionados à criança e a outros bens dependam dos recursos disponíveis, a distribuição de tais recursos vai depender, além da prioridade estabelecida, dos recursos disponíveis. Adicionalmente, também vale observar que, de maneira sutil, as falas das entrevistadas reforçam a noção de que os cuidados com a criança são de total responsabilidade da mãe e, usualmente, não incluem a figura masculina como parte envolvida no processo de cuidado. Isso acontece mesmo diante de ênfase atribuída à importância da união heterossexual para a maternidade.

E pra tudo na vida eu penso se eu vou ter condição de dar conta do negativo. Se eu vou ter estrutura para dar conta (...) Eu tenho medo da responsabilidade. Do ser para sempre. Da dependência que o outro tem. Por mais que os filhos cresçam, eu não sei até que fase, mas você tem sempre que cuidar do outro. Tudo que acontece é sua responsabilidade. Eu tenho essa incógnita porque eu sou perfeccionista e chegou a ponto de me cobrar quando as coisas não saem certinhas. Se eu quebro uma vasilha eu já fico culpada. (e23)
Acho que a coisa mais difícil é o medo. Assim que nasce a gente tem medo de não dar conta de ser mãe, de não conseguir dar educação. Medo. É tanto medo. Medo do mundo. Medo de ele machucar. E17

Mas a questão financeira pesa muito. Eu penso assim: hoje eu me viro com ele. A gente paga todas as contas e eu não devo a ninguém, mas pra ter uma terceira pessoa, que vai precisar de muito cuidado e atenção...como é que eu vou fazer? Então a gente pensa assim: é uma questão racional. Se para dois tá difícil, como é que eu vou colocar mais um? (Entrevistada 1, casada há 05 anos, pós-graduada, sem filho).

Adicionalmente, a preocupação em relação aos padrões de ética e de moral que se apresentam nas sociedades atuais e seus reflexos no futuro também aparecem como motivos para evitar a maternidade. Para algumas mulheres, a decisão em torno da maternidade vai além do medo das mudanças na rotina cotidiana. Ela também é influenciada por como percebem questões sociais que permeiam a realidade brasileira. Segurança e saúde, de maneira geral, bem como desigualdade nas relações de gênero e uma estrutura educacional e de mercado de trabalho, que não favorecem as mulheres, fazem com que reflitam de maneira profunda sobre o desejo de se tornarem mães.

Eu acho que os padrões de moral e ética da sociedade me preocupam muito. Porque essa sociedade que gente vive hoje, a gente já vê tanta mazela, tanta coisa ruim. Penso, o que será dos meus filhos quando eles chegaram na minha idade? (E13)

No mundo ideal eu teria uns três. Nossa sociedade aqui, questão de segurança, saúde, independente de ter plano de saúde ou não. A gente tem plano aqui, o hospital é maravilhoso. A estrutura é perfeita do hospital. Mas tem muita espera, diagnóstico errado, gente que morre com atendimento errado. Segurança, complicado. A estrutura mesmo pra mulher, na nossa sociedade. A gente tem que trabalhar 8 horas. Poucas têm o privilégio de poder trabalhar menos horas e de ficar com o filho. Um dos fatores que me influenciou até pra ter o outro filho é que eu trabalho 6 horas corridas. Eu trabalho de 13 às 19. Então eu fico com ele a manhã toda, faço dever de casa, levo pra fazer atividade extra-escola, levo no médico, como com ele sentada na mesa. Acho isso importantíssimo (e8)

Aliadas às questões relativas às estruturas sociais estão a possibilidade de escolhas, a oportunidade de realização de atividades que não implicam cuidado com um filho, e a chance de ampliar o capital humano por meio dos estudos. Scavone (2001) salienta que a maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional. Isso ocorre porque ainda são elas as que assumem a maior parte das responsabilidades como os cuidados com a criança, ou seja, diferentemente do que ocorre em países desenvolvidos, a equidade na responsabilidade parental ainda não se consolidou no Brasil. Assim, a valorização dos aspectos mencionados faz com que algumas mulheres se tornem relutantes em abrir mão das novas possibilidades que emergem para elas em prol da maternidade. Nesse cenário, é inegável que a liberdade de escolha advinda da difusão dos métodos contraceptivos.

Eu vejo assim: eu tenho uma liberdade pra sair...ah, mas não é só isso. Isso é muito pequeno. Mas eu vejo assim uma liberdade de escolher...eu não sei te explicar, é uma coisa difícil. Mas assim, eu tenho a liberdade de escolher não ter filhos, a opção de poder fazer outras coisas, me dedicar a outras coisas....Me dedicar à outras coisas e não me dedicar à maternidade, de poder escolher isso. (Entrevistada 05, unida há 02 anos e meio, graduada, sem filhos).

O que me impede de ter um filho agora é que eu estudo e trabalho. Sou dona de casa. Se eu tiver filho agora, não vou dar conta de tudo. Eu to fazendo faculdade, então um neném ia atrapalhar bastante (E14)

Embora as falas apontem que muitas mulheres reconhecem que, atualmente, possuem liberdade de escolha com relação aos acontecimentos familiares e profissionais, elas também indicam que têm ciência de que a tríade casamento, ascensão profissional e filhos requerem uma organização. Essa organização, como sugere um dos discursos, envolve, em muitos casos, abrir mão de coisas consideradas importantes e assumir custos expressivos para si mesmas. Nesse sentido, a opção pela maternidade pode se configurar como um evento que compete com outros que são, também, desejados.

Como mulher eu perdi muito da questão profissional, de dedicar, da minha liberdade de, por exemplo, quero ir lá pra Belo Horizonte fazer um mestrado. Não que eu tivesse sofrido, mas eu acabei escolhendo outras coisas que fosse melhor pra família e não pra mim, especialmente. Fiz escolhas pra mim? Fiz, tanto é que meu marido me acompanhou, ele podia me acompanhar, mas minhas escolhas giraram em torno da família (E8)

Quando a criança nasce, a rotina é em volta ali. Eu tenho muita dificuldade de pensar que vou ficar seis meses afastada do trabalho. Primeiro você se afasta daquilo que você está a mais de 12 anos produzindo, que é a rotina do trabalho. Aí, vou ficar seis meses envolvida com rotina de casa, que nunca foi meu objetivo de vida. Eu faço as coisas de casa, mas não é o meu foco de vida. E23

Scavone (2001) lembra que mesmo tendo maior acesso à educação formal e à formação profissional e ocupando cada vez mais os espaços públicos, as mulheres não experimentaram, concomitantemente, um relaxamento expressivo na responsabilidade de criação dos filhos. Isso fez com que se tornassem mais reflexivas acerca do significado e do impacto da maternidade sobre suas vidas. Para a autora, quanto maior o nível de informação e quanto maior o acesso ao conhecimento especializado, mais reflexivas são as escolhas no âmbito da maternidade. Sobre a relação entre escolaridade e fecundidade, Basu (2002) salienta que níveis mais elevados de escolaridade oferecem ferramentas para que as mulheres, além de se tornarem mais confiantes em si mesmas, façam escolhas informadas e mais inteligentes em relação a questões relativas, por exemplo, ao uso de recursos e a sua interação com o mundo externo.

Os medos, as ansiedades e as dúvidas não impedem, contudo, que as mulheres, tanto as que já são mães quanto aquelas que não o são, atribuam um significado para a maternidade. De maneira geral, se tornar mãe é algo valorizado pelas mulheres, particularmente por aqueles que já o são. Ter um filho significa ser “abençoada” e implica mudar a maneira de ver as outras pessoas e o mundo. Valorizar mais a vida, ter mais respeito pelas pessoas, perceber os problemas de maneira diferente, se sentir mais completa enquanto indivíduo, bem como adotar um modo de vida mais saudável são pontos citados como alguns resultados positivos advindos da maternidade em si ou da expectativa de se tornar mãe.

Pra mim é uma benção porque eu era uma pessoa feliz. Mas só que é diferente. É uma pessoa que tem seus traços. Muda sua vida. Muda a sua casa, sua maneira de ver as outras pessoas. Eu estou uma pessoa mais sensível com relação às outras pessoas. Eu vim de uma família católica praticante e meus pais sempre fizeram caridade. E você vai caminhando tal. Mas depois que você tem filho você se compadece mais das pessoas. Eu me vejo assim (...) o que acontece com os filhos dos outros mexe com você. Eu penso, poderia ser com ela. E18.

Ser mãe ajuda a gente a ter uma outra visão de mundo. Da questão de valorização da vida, do respeito às pessoas, e do que é maior. Porque é um amor totalmente diferente. É um amor diferente do de marido. Torna alguns problemas que eu tinha daí pra trás, zero. Aquilo ali nunca foi problema, isso aqui pode se tornar um problema. Um filho gripado pra uma mãe é o fim do mundo. Isso antes pra mim... Aí você passa a dar importância pras coisas que são maiores, relativos a sentimento, convivência, muito mais do que antes (E8)

Eu tô muito feliz. Quando eu descobri que tava positivo, eu chorei muito. Senti muita emoção. Eu espero que minha vida mude, sim. Eu gostava muito de sair, comprar. Então agora vai ser tudo pra ele primeiramente (...) uma coisa que eu fazia antes era tomar cerveja. Já parei. Eu tinha muita consciência. Eu também não comia verdura, então agora tô comendo. É bom pra gente e pro bebê. uma experiência diferente (...) mudou da água pro vinho. Sim, muda. Faz você ter outros pensamentos, outros planos, coisa que você nunca pensou que faria. Se eu não tivesse filho, estaria fazendo churrasco, saindo, bebendo cerveja. Então, minha rotina modificou toda. Então, ter um filho é a coisa mais linda. Você esperar aquele momento. Já fico ansiosa pra saber o sexo e já começar a comprar as coisas. É muita felicidade pra uma pessoa (E12)

Deve ser uma coisa tão gostosa, né? Só de você ver o olhar da criança quando é mãe, fica tão feliz. Eu passeava muito com ele. Você fica mais completa. É um passo a mais na sua vida. Você vai crescendo com o tempo. É trabalhoso, mas quando você vê o primeiro sorriso, quando eu vi ele, assim, quentinho, tinha acabado de nascer, ai, o primeiro sorriso dele, ele se desenvolvendo. Não tenho nem palavras. E17

A percepção das entrevistadas remete às considerações feitas por Kohler (2016) que, ao discutir se filhos trazem felicidade e propósito para a vida, argumenta que, no senso comum, ter filhos é motivo de satisfação e alegrias. Segundo ele, quando estão no início ou

na metade da vida adulta, os indivíduos afirmam, mais comumente, que desejam ter filhos e passar pela experiência da parentalidade. Isso, de acordo com o autor, ocorre mesmo em contextos onde ter filhos tem um custo econômico elevado e implica negociações no âmbito, tanto da carreira profissional, quanto da conquista de outros objetivos na vida. Este autor também pontua que algumas pesquisas feitas em países desenvolvidos já mostraram que as mães contam que têm emoções muito fortes por causa dos filhos e que, tê-los ainda permanece uma experiência difundida, mesmo diante do fácil acesso a métodos contraceptivos e das inúmeras opções de estilo de vida que se configuram na atualidade, as quais não incluem a maternidade.

Considerações Finais

Os resultados obtidos a partir das entrevistas semi-estruturadas realizadas em Governador Valadares se caracterizam por trazerem as perspectivas de mulheres que se caracterizam por terem sido as primeiras, de suas famílias de origem, a cursarem o ensino superior e possuem, portanto, um perfil educacional diferenciado da grande maioria das mulheres brasileiras, inclusive de suas próprias mães. Em função disso se pergunta: as motivações para a maternidade mudaram? E os significados atribuídos a maternidade

Tem-se clareza de que os resultados aqui apresentados não são passíveis de generalização, mas eles podem, ao revelarem transformações e permanências nas motivações e significados atribuídos à maternidade, subsidiar estudos de natureza mais ampla, não somente em municípios de médio porte, como é o caso de Governador Valadares, mas também em municípios de outros tamanhos e com diferentes características socioeconômicas e demográficas. As pesquisas brasileiras são realizadas, em geral, em municípios de grande porte ou em áreas metropolitanas, deixando uma lacuna no que se refere às pequenas e médias cidades do país. Questões relativas à maternidade e aos aspectos que interferem no desejo de ter ou não filhos não se configuram como uma exceção: pesquisas que abordam essa temática são, usualmente, voltadas para as metrópoles brasileiras. Em um contexto de declínio de fecundidade e de ascensão de famílias conjugais esse é um ponto que precisa ser discutido.

No caso da maioria das entrevistadas, foi possível observar que a idéia da maternidade está vinculada à noção de realização feminina. A grande parte das mulheres, apesar das dúvidas que trazem consigo, colocam o fato de já serem ou de poderem se tornar mães como a realização de uma vontade que tinham ou que desenvolveram a partir do estabelecimento de um relacionamento estável. Assim como muitos estudos já mostraram, a decisão dessas mulheres escolarizadas, em relação à maternidade, não é isenta de dúvidas, as quais emergem porque elas acreditam que podem ter dificuldades para conciliarem um filho com o desejo de liberdade e, também, de crescimento profissional. Pode-se argumentar que dúvidas dessa natureza não eram expressas por mulheres de gerações passadas, as quais tinham a maternidade como um definidor de suas identidades femininas e de seu papel como mulher na sociedade.

Os argumentos relativos à necessidade de estabilidade profissional e financeira também podem ser pensados como transformações nas motivações apresentadas pelas mulheres para se tornarem mães. Isso porque, até poucas décadas, o papel de provedor era essencialmente masculino e cabia à mulher se preocupar, eminentemente, com questões atinentes a organização e administração do espaço privado. Mesmo entre as mais escolarizadas, a esfera doméstica deveria ser prioridade e, se houvesse necessidade de escolha, o trabalho não deveria ser colocado como um possível competidor com a família. Assim, pode argumentar que as falas deixam evidente que as mudanças ocorridas em diferentes dimensões da sociedade, ao longo dos tempos, permite que muitas mulheres repensem o significado atribuído à maternidade e de que forma ela pode influenciar seus projetos de vida. Apesar disso, é possível inferir que muitas mulheres ainda percebem a família, de maneira geral, e os cuidados com os filhos, como parte central do papel que têm na sociedade. Esse fato gera uma série de dúvidas acerca do que devem priorizar e sobre as possíveis conseqüências que suas decisões poderão trazer para suas vidas. A capacidade de conciliar e administrar filhos e projetos de vida também foi evidenciado como uma questão que influencia a decisão de ter filhos.

O que ficou evidente nos depoimentos de grande parte das entrevistadas, é que a maternidade tem sido, principalmente, adiada para que alguns planos e projetos possam ser realizados antes da chegada de um filho. Isso implica que a maternidade não está completamente descartada dos planos das mulheres que foram entrevistadas, mas que ela é,

em geral, adiada para que projetos considerados importantes e, de certa forma, mais difíceis de serem realizados a partir do momento que se tem um filho, possam ser realizados.

Assim, em alguns depoimentos, foi possível observar que as uniões formais se consolidaram em função da conquista de um projeto traçado em conjunto e, também, em decorrência de pressões familiares. Em função disso, pode-se argumentar que o tempo de relacionamento, bem como a pressão das famílias por um neto, foram variáveis cruciais para a definição de alguns projetos de vida. Os extratos de fala de duas entrevistas, apresentados a seguir, ilustram esse ponto.

Apesar das inúmeras transformações sociais, econômicas, culturais e demográficas que marcam o contexto brasileiro, a maternidade ainda tem um lugar de destaque na vida das mulheres e se tornar mãe permanece tendo um efeito expressivo em suas vidas.

e a existência de uma união estável – importante e permanece .

incluir na discussão: seletividade da nossa amostra.muitas que não chegaram na universidade pq casaram e foram mães cedo. algumas nossas são diferenciadas.

outra, universidade não faz menor diferença

Se for verdade, veremos, nos próximos anos, diferenciais intra-baixo reposição.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Timing of childbearing in below replacement fertility regimes: how and why Brazil is different. In: XXVI IUSSP INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE. Anais... Marrakesh, Marrocos, 27 de setembro a 2 de outubro de 2009. Disponível em:

<https://iussp2009.princeton.edu/papers/92527> acesso em: 17/12/2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013

http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/governador-valadares_mg

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Acesso à educação: diferenciais entre sexos. Texto para Discussão, Rio de Janeiro, nº 879, 2002. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0879.pdf acesso em 20 de dezembro de 2018.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; DUCHIADE, Milena Piraccini. Evolução da educação formal no Brasil: ganhos passados com espaço para oportunidades futuras. IN: CAMARANO, Ana

Amélia (org.) Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: IPEA, 2014, p. 469-490.

BERQUO, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 11-15, Mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100001&lng=en&nrm=iso acesso em: 18 Sept. 2018.

Christian Agrillo & Cristian Nelini (2008) Childfree by choice: a review, *Journal of Cultural Geography*, 25:3, 347-363, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08873630802476292> acesso em: 18/09/2018.

CAMARANO, Amélia; ARAÚJO, Herton E.; CARNEIRO, Isabela G. Tendências da fecundidade brasileira no século XX: uma visão regional. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah H. (org.) *Questões de saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. p. 95-111.

CARVALHO, Angelita Alves; VERONA, Ana Paula de Andrade. Religião e fecundidade: uma análise do nível e padrão de fecundidade segundo grupos religiosos no Brasil em 2006. *Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 12, p. 1086-1113, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2014v12n36p1086/7519> acesso em 17 de dezembro de 2018.

CARVALHO, José Alberto M. e BRITO, Fausto. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil. *R. Bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 351-369, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a10> acesso em: 18/09/2018.

GUEDES, Moema de C. Família e trabalho nas mulheres de nível universitário: um olhar demográfico. *Gênero, Niterói*, v.9, n.1, p. 47-67, 2 sem. 2008.

GUIMARÃES, Francisca Celina Moraes. *Caleidoscopicamente mulher: dilemas e desafios contemporâneos*. Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2010. 146 p.

HAMMETT, Daniel; TWYMAN, Chasca; GRAHAN, Mark. *Research and Fieldwork in Development*. New York: Routledge, 2015.

HUININK, Johannes; KOHLI, Martin. A life-course approach to fertility. *Demographic Research*, v. 30, p. 1293-1326. Disponível em: <http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol30/45/> acesso em: 20 de setembro de 2018.

IBGE. Nota técnica. Estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2011. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000005570808132011085431530840.v2> acesso em 28 de janeiro de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2017. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8891-1250-170602atlasdaviolencia2017.pdf> acesso em: 20 de setembro de 2018.

KOHLER, Hans-Peter. Do children bring happiness and purpose in life? IN: KAUFMANN, Erick; WILCOX, W. Bradford. Whither the Child? Causes and consequences of low fertility. Routledge: New York, 2016. Cap. 3.

LAPLANTE, Benoit; CASTRO-MARTÍN, Teresa; CORTINA, Clara; MARTÍN-GARCÍA, Teresa. 2015. Childbearing within marriage and consensual union in Latin America, 1980–2010. *Population and Development Review* 41(1): 85–108

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; BATISTA DOS REIS, Juliana. Juventude, projetos de vida e ensino médio. *Educação & Sociedade*, vol. 32, n. 117, outubro-dezembro, 2011, p. 1067-1084. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87321425009> acesso em: 18/10/2018.

LEOCÁDIO, Vitor A. Childlessness no Brasil: A Contribuição das Mudanças Sociodemográficas para a Tendência de Zero Filho.

MERRICK, Thomas W.; BERQUÓ, Elza S. The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility. Washington: National Academy, 1983. Disponível em: <https://www.nap.edu/read/680/chapter/1> acesso em: 18/09/2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 3, p. 239-262, julho - setembro, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/1993.v9n3/237-248/pt> acesso em: 02 de outubro de 2018

MIRANDA-RIBEIRO, Paula; POTTER, Joseph Earl. Sobre “se perder”, “vacilar” e não “encontrar o homem certo”: mudanças ideacionais, instituições e a fecundidade abaixo do nível de reposição. *R. Bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 227-231, jan./jun. 2010. Disponível em:

RIOS-NETO, Eduardo. L. G.; GUIMARÃES Raquel R. de M.. 2014. The educational gradient of low fertility in Latin America. Annual Meeting of Population Association of America 2014. Boston. Proceedings of the Population Association of America Annual Meeting, 2014.

SCAVONE, Lucila. Motherhood: transformation in the family and in gender relations. *Interface _ Comunic, Saúde, Educ*, v.5, n.8, p.47-60, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2001.v5n8/47-59/pt> acesso em 18 de dezembro de 2018.

THERBORN, Göran. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>